

Sindieletro cobra da Cemig compromisso de discutir política de saúde e segurança

Foto: Benedito Maia

No último dia 6 a direção do Sindieletro se reuniu com as gerências de Relações Sindicais (RH/RS) e de Segurança do Trabalho, Saúde e Bem-Estar (RH/ST) para discutir a política de saúde e segurança da empresa. Foram discutidos o cumprimento da nova Norma Regulamentadora 10 (NR10) e os acidentes com pessoal próprio e terceirizado. A audiência, que foi solicitada pelo Sindieletro, é o primeiro resultado do diálogo entre o sindicato e o novo diretor de Gestão Empresarial, Marco Antônio Rodrigues. O novo diretor assumiu o compromisso que a política de saúde e segurança da empresa será, a partir de agora, um tema permanente de debate com a categoria.

Participaram da reunião os diretores de Saúde e Segurança do Sindieletro, Jairo Nogueira Filho, de Terceirizados, Carlos Alberto de Almeida (Gonzaguinha) e a médica do Traba-

lho, Ana Lúcia Murta. O sindicato manifestou sua indignação com os índices recordes de acidentes de trabalho graves e fatais na Cemig e propôs um levantamento junto à categoria para detectar as causas de tantas tragédias, em busca de medidas mais eficientes.

Além disso, ficou acertada a criação de um Grupo de Trabalho com participação dos sindicatos e técnicos da empresa para a discussão e implementação de ações de prevenção de doenças profissionais e acidentes de trabalho. O GT terá reuniões trimestrais, conforme prevê a Cláusula 45ª, Parágrafo Primeiro e letra "b" do ACT 2006/2007.

Discussão aprofundada

A médica do Trabalho, Ana Lúcia Murta, diz que o Sindieletro planeja fazer um levantamento objetivo, prático e que garanta retorno para ações de saúde e segurança de curto,



médio e longo prazo. O diretor Jairo Nogueira Filho, considerou a primeira conversa com a direção da Cemig positiva, mas

destaca que o fundamental é colocar em prática as propostas do Sindieletro. "Estamos lidando com vidas humanas e o acidente de trabalho é um assunto muito sério que deve ser combatido a partir das soluções apontadas pelos próprios trabalhadores", destaca o diretor.

Um exemplo de que o drama das vítimas de acidente na Cemig vai além das seqüelas físicas é o caso do eletricista Nilton Alves Maia, 28 anos, da E.M Construções Elétricas. Em outubro de 2006, ele levou um choque elétrico, teve que amputar as duas pernas e ficou com mão e o braço esquerdo imobilizados. No último dia 9, a direção do Sindieletro promoveu um encontro entre Nilton e Milton Ribeiro (foto), ex- eletricista da empreiteira Contemporânea, que em 1990, aos 23 anos, sofreu grave acidente e teve que amputar as duas pernas e um braço.

Além das graves conseqüências do acidente, a história de Nilton e Milton tem em comum o abandono por parte da direção das empreiteiras e da Cemig. Nos dois casos o Sindieletro oferece apoio e assessoria previdenciária, de saúde, jurídico e junto ao SUS.

Cemig lidera ranking de acidentes fatais

Apesar de todo o marketing de saúde e segurança, a Cemig não consegue reduzir os altos índices de acidentes com trabalhadores próprios e terceirizados e há cinco anos lidera as mortes no setor elétrico. Segundo o Relatório de Estatística de Acidentes do Setor Elétrico Brasileiro de 2005, da Fundação Coge, a Cemig foi, naquele ano, a empresa do setor elétrico brasileiro que mais registrou acidentes fatais com pessoal próprio e terceirizado.

Além disso, a Cemig ocupou a segunda colocação entre as empresas com maior número de acidentes com afastamento permanente ou temporário.

No dia-a-dia, o Sindieletro, infelizmente, confirma a liderança da Cemig. De 2004 – quando a empresa começou a intensificar o marketing de saúde e segurança – a 2006, foram contabilizadas 29 mortes de eletricitários. O ano mal começou e o sindicato registra mais um acidente fatal com tra-

balhador terceirizado, elevando o número para 30 mortes.

No último dia 1º, o eletricista da empreiteira Nativa, Vicente Weni Coelho Souza, 28 anos, morreu depois de levar um choque elétrico quando trabalhava, com mais seis eletricitários, na construção de linha de transmissão entre Itutinga e Juiz de Fora. A equipe manuseava um cabo piloto quando o mesmo tocou acidentalmente na rede energizada de 23 KV. As demais vítimas se recuperaram em casa, duas delas com lesões graves. A empreiteira Nativa foi contratada pelo consórcio que reúne a Cemig, Furnas e empreiteiras de linha de transmissão. A direção do Sindieletro está apurando as circunstâncias do acidente e encaminhará denúncias para autoridades estaduais e federais cobrando fiscalização mais rigorosa nas condições de trabalho na Cemig e nas empreiteiras.

Acima da média do setor

Para a médica Ana Lúcia Murta, os números de acidentes graves e fatais da Cemig são "muito ruins" e estão acima da média do setor elétrico, comprovando uma realidade que o Sindieletro denuncia há anos sem que a empresa tome providências cabíveis.

"Por isso tudo é que nós colocamos uma pauta permanente de discussão dos acidentes, da precarização do trabalho e das terceirizações, além de cobrarmos a primarização das atividades-fim. Pela especificidade do trabalho com eletricidade, a empresa já deveria ter exigido, há muito tempo, treinamento adequa-

do e supervisão constante das condições de trabalho dos terceirizados, em vez de resistir à primarização", destaca.

Jairo lamenta os recordes da Cemig. "São acidentes gravíssimos que, quando não matam, deixam seqüelas irreversíveis e mutilações", lembra. Para ele, a impressão que a Cemig deixa é que perdeu o controle da gestão sobre as empreiteiras. "A empresa não sabe mais onde está o trabalhador terceirizado, o que ele está fazendo e como trabalha. Não fiscaliza e nem cobra das empreiteiras uma política intensa e eficiente de saúde e segurança", acrescenta.

Sindieletro devolve imposto sindical a associados

Mais uma vez, o Sindieletro devolve o imposto sindical aos filiados, numa demonstração forte e constante de respeito à categoria. O desconto de um dia de trabalho é feito no contracheque de março. Os eletricitários que forem associados, terão 60% do seu imposto devolvido assim que a Cemig repassá-lo ao sindicato. Os outros 20% são destinados ao Governo Federal, 15% para as federações e 5%

para as confederações.

Por lei, o imposto é repassado ao sindicato de base. No caso dos eletricitários, para o Sindieletro. Os profissionais liberais que exercem efetivamente funções de nível técnico e universitário na Cemig podem optar por recolher o imposto para o sindicato profissional. O RH da Cemig já divulgou a relação de sindicatos profissionais. Quem não optar por

essa forma de recolhimento, terá o valor descontado no contracheque e repassado ao Sindieletro.

Segundo Wilian Vagner, coordenador geral do Sindieletro, se o trabalhador receber a boleta de outro sindicato e optar pelo pagamento, não receberá devolução do imposto por parte do Sindieletro. “Para ter o imposto devolvido, o trabalhador deve ter optado por recolhê-lo para o Sindieletro, deve ser associado e estar com o cadastro atualizado junto ao sindicato”, destacou.

Imposição

A Contribuição Sindical, ou Imposto Sindical, está previsto na legislação federal, nos artigos 578 a 610 da CLT. É uma contribuição imposta por lei a todos os trabalhadores. Segundo o dicionário Aurélio, a palavra “imposto” vem do latim *impositu*, algo que se aceita à força.

O Sindieletro, no entanto, desde sua filiação à CUT, em 1989, defende o fim da contribuição obrigatória por entender



Sindieletro acredita que trabalhadores devem ter autonomia para construir a sua organização sindical

que o sindicato só pode existir pela livre adesão dos trabalhadores a quem representa. “O sindicato é do trabalhador. Por isso, é importante garantir a ele o direito de escolher contribuir. Dessa forma, construímos um sindicato forte como é o Sindieletro”, disse Wilian.

Lúcio Guterres, presidente da CUT Minas e diretor do Sindieletro, destaca que a devolução do imposto é uma definição da Central para as entidades sindicais filiadas em todo o país. “Aceitamos com entusiasmo essa orientação, porque não queremos impor nada ao trabalhador. Queremos que a sua contribuição seja autônoma, que

se dê a partir da compreensão de que é preciso sustentar a luta da categoria a fim de manter e ampliar conquistas”, afirmou.

FALA TRABALHADOR

Fotos: Benedito Maia



Entrei na Cemig há 17 anos e naquela época as terceirizações se concentravam nos serviços



Acho que as causas têm muito a ver com as terceirizações. A situação de trabalho

gerais. Não havia tanta pressão por produtividade, mas nos últimos anos, a situação mudou completamente. A empresa passou a ter uma preocupação constante com a redução de custos e as terceirizações das atividades-fim se espalharam por toda a Cemig. Os trabalhadores terceirizados são os que mais sofrem as pressões, com prazos para as tarefas, mas sem contrapartidas, visto que suas condições de trabalho e de treinamento são precárias. O resultado tem sido o número cada vez maior de acidentes de trabalho. Diante desta situação, creio que medida essencial para reduzir os acidentes na Cemig é a primarização das atividades-fim. Enquanto isto não ocorre, a empresa tem que ser rigorosa na supervisão e fiscalização das atividades terceirizadas.

Sandro Avelar de Souza,
técnico de supervisão e controle – COD – Itambé

dos terceirizados, na Cemig e em outras empresas, é de precarização, eles não recebem o mesmo treinamento que o pessoal próprio e não há muita cobrança para que as empreiteiras valorizem mais os seus trabalhadores, com melhores condições de segurança e melhores salários. A empresa precisa fiscalizar com mais rigor o trabalho terceirizado e repensar esta questão das terceirizações. Acho também que a prática de segurança tem a ver com respeito à vida. Quem respeita a vida cria uma cultura de preservação e coloca a segurança em primeiro lugar. Mas as empreiteiras e as empresas que contratam o serviço terceirizado, incluindo a Cemig, criaram a cultura só do lucro.

Duarte Eduardo Moreira,
eletricista de linhas e redes – Plantão – São Gabriel

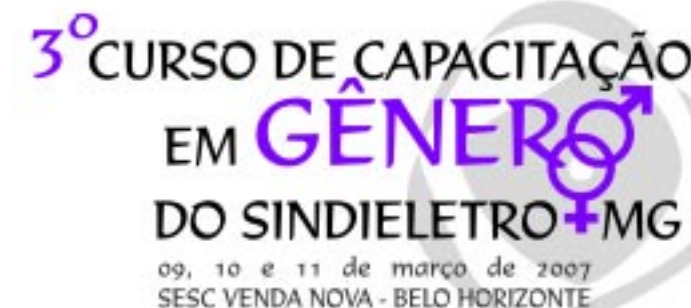
Atenção

Para facilitar a devolução do seu imposto sindical, atualize seu endereço funcional e residencial através do e-mail cinformacao@sindieletromg.org.br

Curso de Gênero tem nova data

O 3º Curso de Capacitação em Gênero do Sindieletro será realizado de 09 a 11 de março, no Sesc Venda Nova. A atividade, que estava prevista para dezembro passado, foi adiada para facilitar a participação das eletricitárias e eletricitários, garantindo tempo hábil para a obtenção da liberação pela Cemig.

O curso será promovido pela Secretaria de Gênero e Raça do Sindieletro e será coordenado pela terapeuta e educadora sindical, Cleoci Aparecida Machado, uma das maiores especialistas no assunto na América Latina.



Durante os três dias será analisado o papel criado pela sociedade para as mulheres e os homens e debatida a realidade social, política, econômica e sindical. O curso também promoverá o resgate da história individual e coletiva na construção das relações sociais, obser-

vando a cultura, a educação e as lutas históricas.

Mais informações sobre o 3º Curso de Capacitação em Gênero do Sindieletro poderão ser obtidas pelo telefone (31) 3238.5000, com Nízio, ou pelo e-mail cinformacao@sindieletromg.org.br.

Fundo de pensão distribui superávit para aposentados e pensionistas

Foto: Benedito Maia/Arquivo

Valia repassa ganhos para aposentados e pensionistas da Vale do Rio Doce. Medida pode ser adotada por outros planos que apresentarem superávit consistente

Parte do superávit de R\$ 767 milhões registrado pelo Valia, fundo de pensão dos funcionários da Companhia Vale do Rio Doce, em 2006, será distribuído entre os seus 18 mil aposentados e pensionistas do antigo Plano Benefício Definido.

Os aposentados e pensionistas terão um aumento real de 11,59%, retroativo a janeiro, recuperando as perdas geradas pela inflação anteriormente. O Conselho Deliberativo do Fundo também aprovou a extinção da contribuição extraordinária e o novo piso de R\$ 500,00 como benefício mínimo.

As medidas foram aprovadas pelos conselheiros do Valia e autorizadas pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC). Pela legislação os lucros dos fundos de pensão podem ser repassados por fundações que acumulem superávit superior a 25% de sua reserva ma-

temática por três anos consecutivos. O desempenho da Valia ultrapassou esse limite, contabilizando um saldo de cerca de R\$ 3 bilhões. Grande parte deste resultado pode ser atribuída à boa rentabilidade total das carteiras de investimentos do Fundo.

Forluz deve debater medida

Além do Valia, surgem outras experiências de uso de superávit para beneficiar os participantes dos fundos de pensão. No ano passado a Previ –

fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil – utilizou o superávit para reduzir a contribuição dos participantes ativos e aposentados do seu plano BD.

O diretor de Relação com os Participantes da Forluz, Plínio Arantes, considera possível que os aposentados e pensionistas da Cemig sejam beneficiados com um reajuste nos benefícios ou redução da contribuição. Para isso, no entanto, a Fundação deve apresentar superávit superior à 25% da sua reserva matemática por três anos consecutivos, especificamente no Plano A.

Plínio lembra, no entanto, que a distribuição para os eletricitários depende, também, do acerto de parcela da dívida da Cemig com a Forluz, referente ao contrato realizado para saldar o Plano A. Ele acredita



Participantes devem debater com Forluz o destino do superávit

que o pagamento destas parcelas terminará num prazo aproximado de dois anos.

O diretor ressalta que, no caso do Plano B, como as contas são individualizadas, o superávit pode ocorrer no Fundo de Risco, formado por 30% da contribuição da patrocinadora, que visa garantir benefícios como aposentadorias por invalidez e as pensões por morte de participante ativo. “*Eventual distribuição no Plano B, também depende da comprovação de superávit consistente*”, explica o representante dos participantes na direção da Forluz.

Benefício

Na avaliação dos especialistas, o fundo de pensão equilibrado é o que não apresenta

superávit e nem déficit, casando recursos com obrigações que deverão ser pagas.

A direção do Sindieletrô entende que, diante da existência de superávit, a Forluz deve fazer ajustes técnicos com responsabilidade e transparência, observando os direitos dos trabalhadores.

Qualquer medida a ser adotada deve prever a participação dos eletricitários na distribuição do superávit, seja através da redução da contribuição, do aumento do benefício de aposentados e pensionistas ou revisão da taxa de juros atuariais. O debate é longo e importante para os eletricitários, mas só irá adiante se houver envolvimento dos participantes do fundo de pensão.

Transparência e boa gestão só com participação

Em 2006 a maioria dos fundos de pensão do país brindou os superávits bilionários impulsionados por juros reais e pela alta na bolsa de ações. Mas se quiserem repetir a boa “safra” do ano passado, os fundos precisarão correr diariamente atrás de investimentos rentáveis.

A boa administração dos fundos pressupõe aplicações financeiras inteligentes, administração transparente e responsável e a garantia de pagamento das aposentadorias no futuro, levando em conta questões como a previsão de inflação e a tábua de mortalidade dos participantes. Tudo isso determina o saldo financeiro dos planos e o futuro dos trabalhadores.

A mais recente medida dos fundos, em tempos de vacas gordas, é o uso dos valores do superávit para começar a reduzir a projeção de taxa do juro atuarial e a previsão de inflação

e da tábua de mortalidade. O Funcef – fundo dos trabalhadores da Caixa Econômica Federal – consumiu R\$ 7 bilhões em superávits acumulados nos últimos anos para reajustar o pagamento de benefícios e corrigir a tábua atuarial, que nunca tinha sido ajustada.

Bons exemplos

Experiências de outras categorias mostram que, quanto maior a participação dos trabalhadores, melhor a gestão dos recursos. A Forluz é um patrimônio dos trabalhadores e cada participante é responsável por acompanhar e fiscalizar a aplicação da arrecadação, verificar se a escolha dos investimentos é a mais rentável do mercado e questionar sempre que discordar de alguma medida. Também é importante que os participantes da Forluz comparem as aplicações da Fundação com as realizadas por outros fundos de pensão.

Sindieletrô fortalece atuação

Em 2006, a direção do Sindieletrô criou a Secretaria de Saúde e Previdência, uma medida necessária para ampliar o controle da categoria sobre a gestão da Forluz. Esta medida fortalece a atuação sindical e prepara os eletricitários para o debate para tornar a Fundação mais

democrática e transparente e também para resolver questões relacionadas à previdência pública. Através da Secretaria, todas as medidas previdenciárias e relacionadas à saúde do eletricitário e sua família terão acompanhamento permanente.

Outra ação importante foi

a criação recente do Fórum de entidades que representam eletricitários da ativa e aposentados. O Fórum terá reuniões mensais abertas à participação de todos os trabalhadores. A direção do Sindieletrô divulgará o calendário de atividades, convocando todos para o debate.

VII Fórum Social ecoa realidade africana para o mundo

Encontro debateu exploração sexual de crianças e mulheres, a privatização da água, a ausência do saneamento básico, a fome, a AIDS, e os conflitos que as potências mundiais ainda fomentam no continente.

Com cores e ritmos próprios, o continente africano acolheu lutadores de todo o mundo para o Fórum Social Mundial, grande encontro da diversidade étnica, cultural e política. Entre os dias 20 a 25 de janeiro, o VII FSM movimentou Nairóbi, cidade no Quênia fundada em 1899. Desde então, tornou-se a maior concentração urbana do leste da África, com 2,75 milhões de habitantes.

“No Fórum, pudemos viver, apoiar e lutar junto ao povo queniano pelo direito ao

trabalho, à moradia, à saúde, à liberdade e fundamentalmente à vida. Pisamos no chão onde brota muita miséria, gerada pelas elites econômicas mundiais. Porém, sentimos a força que nasce das mãos da classe trabalhadora e, juntos, entoamos o seu grito de guerra: *Tetea Uhuru!*”, relatou a belo-horizontina Silvânia Morais Rosa, membro do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseñase – Morhan – e das Brigadas Populares, quando retornou de Nairóbi.

7ª Edição

A marcha de abertura partiu da maior favela de Nairóbi, e a terceira maior da África, Kibera, e culminou com o show de abertura de Martinho da Vi-

la, interrompido pelo discurso do homenageado Kenneth Kaunda, ex-presidente da Zâmbia e remanescente dos antigos movimentos de libertação nacional da África dos anos 50 e 60. “Percorremos uma longa distância para chegar até aqui: do tráfico negreiro e do colonialismo ao apartheid. Hoje ainda temos grandes desafios. Para enfrentá-los, nossa luta na África nos mostrou que precisamos trabalhar em rede”, disse Kaunda.

Segundo a Agência de Notícias Carta Maior, cerca de 15 mil pessoas participaram da marcha mostrando que a África não deve ser estigmatizada como um caos de pobreza, dependente da solidariedade do mundo desenvolvido, mas, sim uma região com um histórico



Participantes discutiram alternativas para África e para o mundo

rico de resistência e lutas, que exige o direito de decidir seu destino. “Hoje, o primeiro mundo saqueia e quer controlar nossas riquezas. Queremos vencer essas forças que querem nos colonizar de novo”, destacou o senegalês Taufik Ben Abdallah, membro do Comitê Africano e do Conselho Internacional do FSM.

crítica Njoki Njehu, membro da organização Filhas de Mumbai.

Integração

O Fórum de Nairóbi teve 46 mil participantes inscritos. Os números são mais baixos do que os do Fórum de Caracas (53 mil), mas não dão conta da dimensão que o Fórum teve ao incentivar a integração de movimentos sociais do continente africano com os do resto do mundo.

“Sabemos que não é o Fórum que vai mudar o mundo, e sim a luta dos movimentos organizados e do povo, que juntos propõem outro modelo de desenvolvimento para o planeta, baseado na solidariedade, na justiça social e no respeito às diferenças”, observou Silvânia. A maratona de lutas não acaba em Nairóbi, prosseguindo agora com eventos regionais pelo mundo. Os movimentos sociais só voltam a se encontrar num evento único em 2009.

Dívidas

O Fórum discutiu também questões como a dívida externa e a epidemia da aids que mata milhares de pessoas no continente. A ONU calculou que seriam necessários 10 bilhões de dólares por ano para combater a aids na África, mas os governos africanos pagam à Europa 15 bilhões por ano de juros da dívida externa. “Não podemos pagar a dívida enquanto não garantirmos os direitos fundamentais das pessoas. Este continente foi escravizado. Temos que discutir quem deve a quem”,

Atividades de formação da CUT Nacional

Jovens, trabalhadores e combativos

Cerca de 200 delegados participaram, nos últimos dias 3 e 4, do III Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras da CUT, em São Paulo. O presidente nacional da CUT, Artur Henrique, lembrou aos jovens que cabe a eles definir que tipo de desenvolvimento o Brasil deve ter, se custeado pelo trabalho infantil e

escravo e pela degradação ambiental, ou com sustentabilidade, distribuição de renda e respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente.

Artur Henrique defende atenção especial à sindicalização dos jovens, lembrando que, mais do que o presente, é o futuro das novas gerações, do clima e do planeta que está em jogo. O presidente da CUT acre-

ditada que o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento coloca em pauta o papel do Estado como estimulador do desenvolvimento, e não mais “ao sabor das livres forças do mercado, como pregava a visão neoliberal”. Ele convocou os jovens sindicalistas para a Jornada pelo Desenvolvimento para discutir o PAC, dias 13, 14 e 15 de março, em Brasília.

Com informações da Agência de Notícias Carta Maior

